



5^a CONFERÊNCIA
NACIONAL DO
MEIO AMBIENTE
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA



EIXO TEMÁTICO V

GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do
Meio Ambiente do Distrito Federal
SEMA-DF

Brasília, Janeiro, 2025.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Governador

Ibaneis Rocha

Vice-Governadora

Celina Leão

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

Secretário de Estado

Gutemberg Gomes

Secretária Executiva

Eleutéria Guerra Pacheco Mendes

Chefe de Gabinete

Aline de Queiroz Caldas

Assessoria Jurídico-Legislativa

Vanessa Ribeiro

Assessoria de Comunicação

Rayssa Rios

Unidade de Controle Interno

Leandro Batista Yokomizo

Ouvidoria

Cristiane Longo Correia



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Darley Braz de Queiroz

Subsecretaria de Gestão Ambiental e Territorial

Renato Santana da Silva

Subsecretaria de Assuntos Estratégicos

Genilson Alves Duarte

Subsecretaria de Gestão das Águas e Resíduos Sólidos

Luciano Miguel

Subsecretaria de Pesca e Aquicultura

Edson Buscacio

EQUIPE TÉCNICA

Assessoria Especial

Luciana Carvalho

Assessoria de Políticas Públicas Ambientais

Glauco Amorim da Cruz

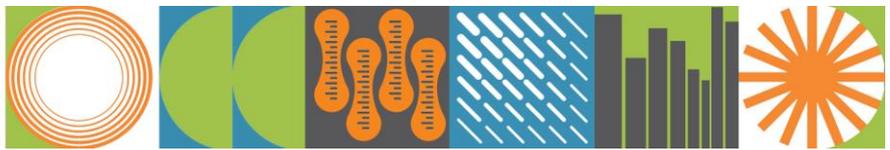
Paula Regina Gomes

Coordenação de Enfrentamento às Mudanças do Clima

André Luiz Farias de Souza

Subsecretaria de Gestão Ambiental e Territorial

Vanessa Cortines Barrocas



GOVERNANÇA CLIMÁTICA NO DISTRITO FEDERAL

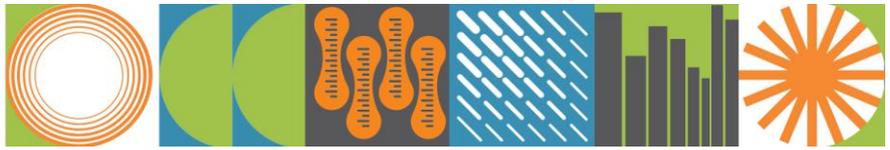
A governança climática no Distrito Federal precisa ser fortalecida para garantir uma resposta eficaz à emergência climática. A integração entre órgãos ambientais, sociedade civil e setor privado deve ser aprimorada, garantindo transparência, participação e implementação de políticas públicas estruturantes. As principais estratégias incluem:

- **Fortalecimento da Comissão Distrital de Mudanças Climáticas**, promovendo ações coordenadas entre diferentes secretarias e órgãos ambientais;
- **Criação de mecanismos de participação popular**, como audiências públicas e consultas digitais para ampliar o controle social sobre políticas ambientais;
- **Aprimoramento do monitoramento climático**, com integração de dados sobre qualidade do ar, disponibilidade hídrica e riscos ambientais;
- **Parcerias com instituições acadêmicas e centros de pesquisa**, garantindo embasamento científico para a formulação de políticas públicas.

EDUCAÇÃO CLIMÁTICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A educação ambiental desempenha um papel central na conscientização da população sobre os desafios climáticos e a necessidade de ações concretas para a mitigação e adaptação aos impactos ambientais. Algumas iniciativas fundamentais incluem:

- **Incorporação da educação climática nas escolas do Distrito Federal**, promovendo conteúdos sobre mudanças climáticas, biodiversidade do Cerrado e consumo sustentável;
- **Criação de programas de formação continuada para professores**, garantindo que a temática ambiental seja abordada de forma transversal no ensino básico e médio;
- **Ampliação de campanhas de conscientização**, utilizando mídias digitais e redes sociais para difundir informações sobre práticas sustentáveis e resiliência climática;
- **Fortalecimento da educação ambiental comunitária**, promovendo oficinas e capacitações para lideranças locais e movimentos sociais.



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE

A governança ambiental no Distrito Federal deve priorizar políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis, reduzam desigualdades sociais e fortaleçam a resiliência da população frente às mudanças climáticas. As principais diretrizes incluem:

- **Apoio a iniciativas de economia circular**, promovendo incentivos para reutilização de materiais, reciclagem e compostagem de resíduos urbanos;
- **Desenvolvimento de programas de infraestrutura verde**, com ampliação da arborização urbana, criação de corredores ecológicos e expansão de áreas de conservação ambiental;
- **Regulamentação de incentivos para práticas sustentáveis no setor privado**, com políticas fiscais que estimulem a adoção de tecnologias limpas e eficiência energética;
- **Criação de um fundo distrital para enfrentamento das mudanças climáticas**, garantindo financiamento contínuo para projetos de adaptação e mitigação.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E JUSTIÇA AMBIENTAL

A emergência climática impacta desproporcionalmente populações vulneráveis, exigindo medidas de inclusão social e justiça ambiental no Distrito Federal. Para garantir equidade na adaptação e mitigação climática, são necessárias ações como:

- **Mapeamento de áreas de risco socioambiental**, priorizando a implementação de políticas habitacionais e infraestrutura resiliente para comunidades periféricas;
- **Promoção da justiça climática**, assegurando que populações vulneráveis tenham acesso a programas de transição ecológica e desenvolvimento sustentável;
- **Inclusão de comunidades tradicionais e povos indígenas na formulação de políticas ambientais**, garantindo o reconhecimento e a proteção de seus territórios e modos de vida sustentáveis;
- **Fomento a projetos de agricultura urbana e agroecologia**, promovendo segurança alimentar e resiliência climática em áreas vulneráveis.



DESAFIOS E CAMINHOS PARA UMA GOVERNANÇA SUSTENTÁVEL

A construção de uma governança climática eficaz no Distrito Federal exige compromisso político, engajamento da sociedade civil e inovação nas políticas públicas. Entre os desafios mais urgentes, destacam-se:

- **Garantia de continuidade nas políticas ambientais**, evitando retrocessos e desarticulações institucionais;
- **Ampliação da cooperação entre governo, academia e sociedade civil**, promovendo a troca de conhecimento e experiências bem-sucedidas;
- **Fomento ao financiamento climático**, explorando oportunidades nacionais e internacionais para custear projetos ambientais;
- **Criação de instrumentos legais que garantam a implementação e monitoramento das ações climáticas**, assegurando transparência e *accountability*.

CONCLUSÃO

A governança e a educação ambiental no Distrito Federal são pilares fundamentais para o enfrentamento da emergência climática e a construção de uma sociedade mais sustentável e resiliente. Medidas estruturantes, participação comunitária e integração de políticas públicas são essenciais para garantir um futuro ambientalmente equilibrado e socialmente justo.